

ANGOLA PÓS-INDEPENDENTE: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS DA HERANÇA COLONIAL

Jorge Francisco CACUTO¹

Resumo: O presente artigo reflete a abrangência do pensamento econômico angolano a partir de um breve histórico da colonização portuguesa e suas conseqüências. Trata ainda de sua recente independência elucidando o processo da reconstrução econômica do país, além de constatar que após cerca de 15 anos com um sistema político econômico típico das economias centralmente planejadas, se iniciou uma transição para a abertura de mercado em 1991.

Palavras-chave: Colonização, movimentos de libertação, independência, socialismo, petróleo

1 Considerações preliminares

Angola é um país localizado na costa oeste do continente africano, fazendo parte dos países membros da SADC², na África Austral.

País grande, sendo o 4º maior da África sub-Sahariana³, com um território de 1.246.700 quilômetros quadrados, e com apenas 10,3 milhões de habitantes. (MENEZES, 2000, p. 92)

Angola é um país dividido em 18 províncias (o mesmo que estados, todavia, seus governadores são indicados pelo presidente da república) e tem como capital a cidade de Luanda. As fronteiras terrestres localizam-se a norte com Congo (Brazzaville), a nordeste-

¹ Economista. Graduado pela FCEA – CEP 16015-280 Araçatuba (SP).

² Trata-se da Comunidade de Desenvolvimento dos Países do Sul da África, dos quais fazem parte Angola, Moçambique, Namíbia, Zimbábue, Madagascar, Zâmbia, Lesoto e a Suazilândia (Southern Africa Development Community). Uma outra organização, também africana similar ao SADC, na semelhança do Mercosul ou Nafta se chama COMESA.

³ Trata-se de uma vasta região próxima do Equador que inclui no seu seio várias sub-regiões, com vegetação, clima e cultura próprios. A sistematização destas sub-regiões pode ser aferida tendo em conta a proximidade da linha do Equador, em função do qual as mesmas se dispõem, quer a Norte, quer a Sul do continente africano. Portanto a África Sub-sahariana, abrange mormente os países que se localizam na África Central e África Austral.

te e leste com a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e a Zâmbia e ao sul com a Namíbia. Angola tem uma costa de 1.650 Km banhada pelo Oceano Atlântico.

A expectativa de vida é de 46,3 anos. A taxa de alfabetização é de 42,5% e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita atinge os 674 dólares/ano.

Após um prolongado período de colonização portuguesa, que durou quase quinhentos anos, e guerra para a conquista de sua soberania como nação independente, Angola ainda vive no presente momento, a guerra civil e um atribulado processo de paz, marcado por sucessivos avanços e recuos. Este desafio impõem à jovem nação uma necessidade imperiosa em encontrar uma solução que assegure a consolidação da paz e da estabilidade político-militar, indispensáveis para a construção de uma democracia representativa das várias sensibilidades do povo angolano.

O processo de libertação e independência na década de 1970, foi mediado e instaurou-se uma negociação do qual participam além do governo português, os grupos de libertação liderados por autóctones (FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola, fundado em 1954, sob a liderança de Holden Roberto; o MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola, fundado em 1956, Antônio Agostinho Neto seu líder fundador e ainda hoje considerado guia imortal do MPLA-PT; e a UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola, fundada em 1966, por Jonas Malheiro Savimbi)⁴.

A manifesta diferença entre grupos participantes (aflorou o tribalismo e o regionalismo que marcaram as suas origens) e pelo oportunismo astuto do MPLA, em meado de 1975, que, tomando o poder aos demais participantes, criara a República Popular de Angola aos 11 de novembro de 1975, orientando-a para um modelo socialista com a cooperação com a ex-URSS. Esta atitude despertou a oposição dos grupos rivais, levando o país a uma guerra fratricida, desgastante e cruel que dura até a atualidade (com intervalos curtíssimos de relativa paz). Além do problema interno, o país enfrentaria o conflito inserido no âmbito da Guerra Fria, dada a

⁴ Com exceção de Agostinho Neto que faleceu em 1979, Roberto e Savimbi ainda lideram os partidos por eles fundados, e participaram sem sucesso na única "eleição" que aconteceu em Angola em 1992.

vigente dicotomia que impunha os mundos capitalista e socialista naquela época, agravando ainda mais a crise daquele país.

Esta configuração política assumida pelo grupo no poder (o MPLA), esfacelou a opção capitalista e o alinhamento de Angola com os países ocidentais.

Com a independência de Angola, verificou-se também o êxodo tanto de capitais quanto de técnicos e mão-de-obra qualificada, a destruição e abandono do parque produtivo existente no território angolano.

Não obstante, permaneceram no novo país, os capitais internacionais lá atuantes, demonstrando interesse em prorrogar sua permanência, sobretudo nas áreas de petróleo e mineração, qualquer que fosse o regime instalado. Esses capitais agiam, evidentemente, como ocorre em qualquer país periférico, no interesse de sua rentabilidade e dos investimentos já realizados e que não podiam ser desmobilizados de imediato, pairando a ameaça e o risco de perda total, caso optassem pelo abandono.

Estabeleceu-se, então, a negociação com esses capitais e deu-se origem ao enclave do petróleo, parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando-se tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído.

O enclave do petróleo, não apenas permaneceria no país e consolidaria a sua atuação no país, mas também se caracterizaria em verdadeira inovação para o mundo socialista. Com o enclave, o país herda também a dependência de capitais internacionais.

A dependência crescente do petróleo para a sobrevivência do modelo adotado, embora no primeiro momento a pós-independência se configure numa importante solução inicial, tornou-se gradativamente um problema monstruoso no médio longo prazo, expondo as decisões da política econômica à viabilidade das decisões do mercado internacional do produto. Em outras palavras, as decisões próprias da economia angolana estavam extremamente condicionadas às ocorrências do mercado internacional, em particular pelos movimentos de preço no mercado internacional de petróleo.

2 A fase da colonização tardia

Portugal exercia uma política baseada no princípio do mínimo necessário, para obter o maior lucro possível e revertê-lo para a metrópole.

A crise que abalou o mundo com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, levou a metrópole a encarar as colônias como sua fonte de sustentação. Assim se dá a chegada dos grandes monopolistas em Angola, nas áreas do cimento, do processamento de óleos vegetais, e do Banco Nacional Ultramarino.

A exploração dos diamantes pela Diamang (Diamantes de Angola – atualmente conhecida por Emdiam – Empresa de Diamantes de Angola), empresa criada em 1917 como filial em Angola da American Corporation, compostas por capitais ingleses, belgas, americanos e sul-africanos, contava apenas com a participação de 5% do capital português. Em 1957 e 1958 a Standard Oil e a Gulf Oil Company, obtiveram o direito exclusivo de prospectar o petróleo nas colônias portuguesas. No período que compreende os anos de 1950-1964, a economia angolana teve um crescimento na ordem de 146%, como resultado do incremento da economia agrícola, sobretudo o café robusto, que no começo da década de 70, Angola já ocupava a quarta colocação no ranking dos maiores produtores do café no mundo. (MENEZES, 2000, p. 131)

A partir da metade da década de 1950, sobretudo, com a prospeção do petróleo, o espaço econômico angolano tornara-se mais atraente, provocando a cobiça que resultou em invasões estrangeiras no início dos anos 60.

Sendo assim, a colonização portuguesa no intervalo 1900-1975, poderíamos pautá-la como a segunda fase da colonização, assim chamada “tardia”.

3 O processo da luta pela descolonização

Em Angola, qualquer possibilidade de associação, ou de formação de sindicatos de qualquer espécie era proibida aos nativos, que eram presos por suspeita de atividades subversivas e deportados para os campos de concentração de Cabo Verde ou para prisões no interior do território.

O aumento da luta libertadora nas colônias africanas dominadas por outros países, e que haviam alcançado a soberania e independência em algumas casos, foi também responsável pela sensação de que a liberdade angolana estava próxima.

A partir do Centro de Estudos Africanos, do Clube dos Marítimos e de outras associações clandestinas, como o Movimento dos Intelectuais Novos de Angola e a Associação Regional dos Indígenas de Angola, foi fundado, em 1956, em Luanda, o Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA).

Anteriormente, em 1954, no Norte de Angola, havia sido fundada a União das populações do Norte de Angola (UPNA) que, após sua transformação em União dos Povos de Angola (UPA), em 1958, daria origem à Frente Nacional de libertação de Angola (FNLA), em 1962.

O início dos anos 60 seria marcante para o MPLA e todo o movimento nacionalista angolano, em especial 1961, quando, em 4 de fevereiro, sob a coordenação dos líderes deste grupo, foi organizada uma onda de ataques às posições portuguesas em Luanda, especialmente às prisões onde se encontravam líderes nacionalistas presos. Embora precariamente armados (usavam facões, pedras e paus), os nacionalistas conseguiram impor um pesado prejuízo ao colonizador e a fazer a luta propagar-se ao norte de Angola.

Desde cedo havia muita dissensão entre as diversas lideranças de origem tribal, racial ou ambição pelo poder. Pepetela demonstra este conflito desde os primórdios da luta pela libertação angolana em todo o seu segundo capítulo intitulado "A chana 1972" em seu romance, oportunamente intitulado, A Geração da Utopia.

Esse quadro de desentendimentos é capaz, por si só, de mostrar as an-

cestrais dificuldades dos diferentes movimentos nacionalistas angolanos.

Para entender o nascimento da FNLA, devemos voltar a 1954, quando em 10 de julho, no Norte de Angola, foi constituída a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), liderada por Holden Roberto, filho de um chefe tribal e sobrinho de Antônio III, do reino do Kongo da região de São Salvador (hoje M'banza Congo), capital da província do Zaire).

Em 5 de abril de 1962, a FNLA anunciou a formação do Governo da República de Angola no Exílio (Grae), para o que receberia o apoio, em meados de 1963, da organização da Unidade Africana (OUA).

No fim de 1963, a FNLA e o Grae tinham sido reconhecidos oficialmente por nove países: Congo-Leopoldville, Tunísia, Argélia, Marrocos, Nigéria, Daomey, Maurítânia, Senegal e República Árabe Unida. Eram membros do Grae, dentre outros, Holden Roberto, como presidente, e Jonas Savimbi, como responsável pelos Negócios Estrangeiros.

Holden Roberto (hoje ainda líder da FNLA, após um longo período de exílio no exterior) e Jonas Savimbi, dirigente da UNITA, participariam como candidatos, em setembro de 1992, das primeiras eleições diretas para presidente da República em Angola, quando o MPLA manteve-se no poder com a eleição de seu candidato (o já presidente desde 1979, quando sucedeu o guia e imortal da revolução angolana⁵), José Eduardo dos Santos.

As diferenças e os interesses conflitantes entre os nacionalistas foi um problema quase tão significativo quanto a própria luta contra o colonizador português. Na base destas diferenças situavam-se, não apenas vaidades pessoais e disputas políticas, mas profundas distâncias ligadas à histórica relação entre as muitas tribos e etnias africanas. Este fato é confirmado por Ribeiro, ao analisar a questão do poder em Angola: "*O poder em África não se partilha ... Hoje cada país africano tem o seu homem forte, às vezes brutalmente eliminado e substituído...*". (RIBEIRO, 1978, p. 372)

O modo de pensar de uma grande parte da dinastia burocrática angolana relega o que é essencial a categorias secundárias, fazendo com que a luta política

⁵Assim é considerado, com palavras de ordens expressas em cartazes ou em encontros políticos, ao se referirem ao Camarada Presidente Antônio Agostinho Neto.

do MPLA contra a guerrilha da UNITA, apoiados em etnias coesas e progressivas, aconteça de tal forma que a luta entre ambos se apresente com a maior ferocidade e, pela primazia que ocupa, desorganiza e empobrece a economia, desvia os jovens de atividades produtivas e protela a instauração da paz e da prosperidade angolana.

A UNITA, organização originada de uma dissidência da FNLA, dirigida por um representante ovimbundo, Jonas Savimbi, além de ser extremamente tribalista, era de pouca expressão em fins de 1973, contando apenas com algumas centenas de pessoas concentradas nas regiões do Sudeste angolano, especialmente na província de Cuando-Cubango.

Entre 11 e 15 de janeiro de 1975, foram debatidos e assinados os Acordos de Alvor, em Portugal, estabelecendo um período de transição que iria de janeiro a novembro, no qual o governo seria exercido por representantes da FNLA, do MPLA, da UNITA e do governo português.

Essencialmente, ficou acertado nesse documento, o reconhecimento do direito da população angolana à independência; o reconhecimento da unidade geográfica e política de Angola, incluindo a província de Cabinda (rica em petróleo e destacada do território principal por uma estreita faixa de terra; a escolha da data da Independência como sendo 11 de Novembro de 1975 (quando seria então proclamada pelo presidente da República ou seu representante legal); a criação de um Alto Comissariado e do governo de transição (com representantes das quatro forças envolvidas, a vigorar entre 31 de janeiro a 11 de novembro de 1975); o estabelecimento de um cessar-fogo geral, declarando ilícito o recurso à força a não ser para conter ameaças externas; e uma anistia geral para todos os nacionalistas.

Em março de 1975, os desentendimentos entre o MPLA e a FNLA culminaram em confronto armado. Em maio, assinalando que unidade nacional era fator determinante para a vitória da luta anticolonialista, o MPLA apelou à população, sobretudo em Luanda, para que houvesse a formação de uma frente única que combatesse a contra-revolução. Armas foram distribuídas à uma parte da população, enquanto a população não armada se escondia, aliás este recurso tão familiar ao MPLA, seria utilizado em 1992 e 1993, quando das fracassadas eleições e o

retorno à guerra, armas foram distribuídas à população em muitas províncias e também se criou uma polícia intitulada anti-motim.

No final de maio de 1975, destacamentos armados do MPLA, expulsaram os membros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição, prendendo e expulsando-os de Luanda, caracterizando uma demonstração da separação étnica que predomina desde os primórdios da Independência. Ao mesmo tempo, o MPLA inicia a ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio em 12 das 16 províncias do território.

A opinião pública ocidental condenou a atitude do MPLA. Em junho, o Departamento de Estado dos EUA autorizou uma ajuda de U\$ 14 milhões às forças que combatiam o MPLA e dobrou esta quantia um mês depois, conferindo disputas internas de Angola na política internacional, mais apropriadamente falando da Guerra Fria.

Paradoxalmente, apesar de haver tomado militarmente o poder, o MPLA procurou respeitar os acordos de Alvor, aguardando a data 11 de novembro para proclamar a independência.

No dia 5 de novembro, a pedido do MPLA, o governo de Cuba decidiu enviar urgentemente um batalhão de tropas equipado com meios antitanques para prestar ajuda aos patriotas angolanos que lutavam contra os racistas sul-africanos. Esta foi a primeira unidade militar cubana enviada para Angola⁶.

Colocados imediatamente em combate, o batalhão cubano deparou-se com os guerrilheiros da FNLA, no mais famoso combate de Quifangondo, cerca de 25 km da capital, Luanda, onde derrotaram aquele movimento no dia 10 de Novembro de 1975, expulsando-os da região na véspera da independência.

No dia 11 de novembro de 1975, é claro do jeito que o MPLA mais desejava, a FNLA expulsa para o norte e a UNITA para o sul, Agostinho Neto, líder máximo do MPLA, proclamou o nascimento da República Popular de Angola⁷.

Nascia, assim, um novo país, mergulhado no caos dos bens espoliados.

⁶As tropas cubanas só saíram de Angola em 1991.

⁷Em 1992 passou a chamar-se República de Angola e outorgou a seu presidente, José Eduardo dos Santos, um mandato indeterminável (aliás, ele está no poder há 21 anos), uma herança socialista que visa eternizar os seus líderes.

destruídos e abandonados pelos colonizadores, no êxodo de parcela considerável da população nativa melhor preparada, na ausência de capitais pilhados, contando ainda com a oposição de todo Ocidente capitalista como resultado da Guerra Fria.

Mais grave que isso, a nova nação além de todos os problemas internos, tais como as diferenças tribais, a necessidade da reconstrução nacional, a instabilidade econômica, estruturas sociais deficientes, dentre outros, passou a ser vítima de uma guerra fratricida, patrocinada pelas potências estrangeiras, e que vem durando toda a história do país. Angola se tornaria assim, um campo de ensaio das potentes armas de guerra. Haja visto que nas duas últimas guerras (Kuwait e Kosovo), o armamento utilizado e que o mundo exibia como moderno, há muito já fora utilizado em Angola, e o que ao mundo pareceu ser moderno, para o povo angolano, tratava-se apenas da apresentação oficial do já ensaiado em Angola.

4 Desafios da nova nação para a consolidação do Estado Nacional

O socialismo angolano, por assim dizer, adquiriu uma determinada especificidade, pois diferentemente do socialismo soviético, Angola teve desde cedo a convivência, embora combatida, com o mercado paralelo em grande proporção, revelando um baixo e ineficaz instrumento de controle dos institutos econômicos. Na verdade, a efetividade do modelo soviético no caso de Angola esteve sempre aquém dos padrões sugeridos. Por exemplo, por muitos anos esteve proibida a entrega de diplomas de curso superior aos formandos, de modo a evitar que fugissem do país. Determinados cursos médios e superiores estiveram condicionados à membresia ao Partido do Trabalho (cursos como direito e economia⁸), criando um sistema incompreensível de encaminhamento pelo ministério da Educação aos cursos que a pessoa devia cursar. Este sistema contribuiu para o aumento do analfabetismo, gerou uma discriminação tribal, e um grande agente para a proliferação da

⁸ No meu caso, particularmente, sempre foi um sonho cursar ciências econômicas, sonho este que esteve impedido de se realizar enquanto estive em Angola, uma vez que não era membro da organização juvenil do partido designada JMPLA-PT.

retorno à guerra, armas foram distribuídas à população em muitas províncias e também se criou uma polícia intitulada anti-motim.

No final de maio de 1975, destacamentos armados do MPLA, expulsaram os membros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição, prendendo e expulsando-os de Luanda, caracterizando uma demonstração da separação étnica que predomina desde os primórdios da Independência. Ao mesmo tempo, o MPLA inicia a ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio em 12 das 16 províncias do território.

A opinião pública ocidental condenou a atitude do MPLA. Em junho, o Departamento de Estado dos EUA autorizou uma ajuda de US\$ 14 milhões às forças que combatiam o MPLA e dobrou esta quantia um mês depois, conferindo disputas internas de Angola na política internacional, mais apropriadamente falando da Guerra Fria.

Paradoxalmente, apesar de haver tomado militarmente o poder, o MPLA procurou respeitar os acordos de Alvor, aguardando a data 11 de novembro para proclamar a independência.

No dia 5 de novembro, a pedido do MPLA, o governo de Cuba decidiu enviar urgentemente um batalhão de tropas equipado com meios antitanques para prestar ajuda aos patriotas angolanos que lutavam contra os racistas sul-africanos. Esta foi a primeira unidade militar cubana enviada para Angola⁶.

Colocados imediatamente em combate, o batalhão cubano deparou-se com os guerrilheiros da FNLA, no mais famoso combate de Quifangondo, cerca de 25 km da capital, Luanda, onde derrotaram aquele movimento no dia 10 de Novembro de 1975, expulsando-os da região na véspera da independência.

No dia 11 de novembro de 1975, é claro do jeito que o MPLA mais desejava, a FNLA expulsa para o norte e a UNITA para o sul, Agostinho Neto, líder máximo do MPLA, proclamou o nascimento da República Popular de Angola⁷.

Nascia, assim, um novo país, mergulhado no caos dos bens espoliados.

⁶ As tropas cubanas só saíram de Angola em 1991.

⁷ Em 1992 passou a chamar-se República de Angola e outorgou a seu presidente, José Eduardo dos Santos, um mandato indeterminável (aliás, ele está no poder há 21 anos), uma herança socialista que visa eternizar os seus líderes.

corrupção, porque para se conseguir um encaminhamento para qualquer faculdade, poderia significar o desembolsar de uma grande soma de dinheiro.

Os acordos para a exploração do petróleo e dos diamantes, permitiram a existência de empresas ocidentais capitalistas operando sob regulamentação própria, alheia ao Estado angolano. Para não se cometer exagero, estas empresas, no máximo, se submetiam a exame periódico de suas contas por firmas de auditoria internacional, contratadas pelo governo angolano para acompanhar as suas operações. Exigir o desmonte dessas instalações e a saída das companhias e sua eventual substituição pela prospeção russa, especialistas na exploração de petróleo⁹, requeria grandes investimentos num espaço de tempo que o novo país não podia esperar e um imenso custo político, impossível de ser calculado. Esta demanda, nas palavras de Menezes, fez com que o país restabelecesse o legado metropolitano, estabelecendo novos acordos com as companhias petrolíferas, inclusive americanas, ou aceitando os acordos pré-independência, porém podendo contar com um expressivo montante de recursos que lhe eram tão necessários. (MENEZES, 2000, p. 210)

Esta dependência econômica em relação aos investimentos estrangeiros na prospeção de petróleo, seria funcional para a economia angolana no primeiro momento (especialmente nos anos iniciais do regime socialista). Porém, mais tarde, revelar-se-ia perigosa e perversa, sobretudo, porque Angola tornar-se-ia também, suscetível às alterações impostas pelos humores do mercado internacional do petróleo. A crise da década de 80, sobretudo 85 e 86, resultaria em sérias dificuldades na sua balança de pagamentos e fosse obrigada a recorrer fortemente ao endividamento externo, compulsório até certa medida.

Outra agravante: o MPLA-PT pouco se preocupou com a qualificação e treinamento pelo menos em grande medida dos seus quadros, (ministros e diretores). Esta constatação ficou visível e clara durante os dias de relativa paz em Angola que compreende os anos 1991-1992. Os quadros da UNITA (ministros e diretores) eram bem mais gabaritados, que os ministros do MPLA-PT. Pepetela, em seu romance, "A Geração da Utopia", denuncia as palavras de um dos mais altos líderes do governo que se referia ao fato de que primeiro vamos lutar, depois se pensará na

⁹ Diga-se de passagem que o atual presidente (Sr José Eduardo dos Santos), é engenheiro em petróleo formado na então URSS.

educação e noutras coisas. Paradoxalmente outro em jeito de auto-crítica afirmou: *quiseamos fazer desta terra um País em África, afinal apenas fizemos mais um país africano*” (PEPETELA, 2000, p. 352)

Uma vez no poder, uma das primeiras e sérias medidas desferidas pelo MPLA na economia, foi contra o domínio do capital privado sobre o sistema das finanças e do crédito.

Foram mantidos no país apenas duas casas bancárias: o Banco Nacional de Angola (BNA)¹⁰ e o Banco Popular de Angola (BPA), entidade auxiliar e banco de depósitos.

A moeda nacional corrente passou a se chamar Kwanza (nome de importante rio angolano) e os centavos Lweis. Proibiu-se a circulação de qualquer moeda estrangeira e o câmbio foi fixado em vinte e nove Kwanzas e noventa e cinco Lweis (Kz 29,95) por dólar americano, assim permanecendo até 1991, ou seja, mais de quinze anos sem nenhum reajuste sequer.

O plano anual de governo, elaborado sempre no mês de Dezembro no congresso do MPLA-PT, era o principal instrumento de gestão econômica. Ao lado do sistema oficial da economia e comércio, funcionava, praticamente desde os primeiros dias da libertação, um mercado paralelo e perverso do câmbio negro de bens e serviços, chamado, no país, de kandonga¹¹.

Este mercado possuía uma dinâmica própria, era inteiramente ignorado oficialmente e duramente combatido pelas autoridades do governo¹². Esse mercado paralelo, ao longo do tempo, possibilitou o aparecimento de uma nova elite econômica que se aliaria à burocracia estatal, formando a classe dos empresários angolanos e

¹⁰ Espécie de Banco Central e caixa geral do sistema.

¹¹ Esta kandonga, num país onde as instituições privadas tinham acesso limitado à importação, era fomentada ocultamente por alguns oportunistas (diretores, ministros, parentes destes e outra elite), que desviavam os bens, na sua maioria de primeira necessidade para este mercado negro, onde o ágio em alguns casos, era de mais de mil por cento (1000%) em 1988. Por exemplo, se um dólar custava no câmbio oficial no banco do governo Kz 29,95, este mesmo dólar americano no câmbio negro custava Kz 3000,00, uma aumento de 10016,7%.

¹² O que se verificava, durante o tempo em que permaneci em Angola, é que as pessoas que não tinham nenhum parente nos altos escalões do governo eram presas quando pegas comercializando os produtos, muitas vezes adquiridos de um atravessador (seja um líder do governo ou um cúmplice por este contratado). Muitas vezes eram espancados e perdiam a mercadoria em que tinham investido todo seu capital de giro. Ao passo aqueles que possuíam alguma influência com algum líder do governo, por mínima que fosse, quando preso, essa prisão podia significar apenas um “turismo” e em muitos casos com graves conseqüências ao policial que tivesse feito tal apreensão. Embora esta informação seja contestada pelo governo, ela reflete uma experiência ali vivida por este autor.

com o modo de vida bastante distinto do restante da população, com a abertura de mercado levado a cabo em 1991.

O crescimento econômico da colônia de Angola teve seu nível consideravelmente acelerado, no período que vai de 1960 a 1974, quando se manteve em quarto lugar entre os países exportadores do café.

Nesta época, havia quase auto-suficiência da colônia angolana quanto a produtos alimentares básicos, com expressiva exportação de milho, enquanto a pesca, ao longo do seu rico litoral sul, influenciado pela corrente fria de Benguela, servia de sustentáculo a uma indústria de processamento para a exportação, responsável por um importante valor agregado com reflexos positivos sobre as receitas cambiais.

Produzindo mais de dois milhões de quilates de diamantes por ano, o território angolano era, ainda no princípio da década de 70, um dos maiores produtores de pedras preciosas do planeta, enquanto o minério de ferro, cuja produção em 1960 ainda não era significativa, ultrapassou os seis milhões de toneladas anuais nos quatro primeiros anos da década de 70 (1970-1973).

Mais expressivo, contudo, foi o desenvolvimento da produção do petróleo, cuja descoberta, em termos de volume comercial, data de 1955. A partir daí a produção aumentou mais e mais, sobretudo, após 1969, quando cresceram as demandas interna e externa por petróleo.

A produção de petróleo em 1973, atingiu, em barris por dia, o volume de 144 mil unidades, o que fez com que suas receitas, após os expressivos aumentos nos preços internacionais do produto ocorridos a partir desse ano com a primeira crise do petróleo, superassem as do café, tornando o petróleo o principal produto de exportação, atingindo um nível superior da 30% das receitas externas totais da colônia.

A maioria das indústrias instaladas no território, todavia, eram dependentes, em boa medida, de parcela de insumos importados dos países centrais, muitos dos quais ainda passando por Portugal como forma de elevar as receitas tributárias da metrópole.

Nesse período, por conseguinte, embora tenha ocorrido um aumento da renda per capita, a economia colonial adotou padrões de crescimento que não trouxeram benefícios para a maioria dos angolanos. Os camponeses, que histórica-

mente utilizavam a terra apenas para a subsistência, e constituíam a parcela mais expressiva da população da colônia, quase não tinham nenhum contato com a economia de mercado.

4.1 O planejamento econômico central e a dependência estrangeira

A gestão econômica em Angola fundamentou-se inteiramente na planificação centralizada, com exceção das empresas do enclave do petróleo, do diamante, e naturalmente as do mercado paralelo, com pequenas exceções na década de 80, quando se estabeleceu algumas empresas de administração mista – governo privado.

Apesar dos planos quinquenais, que normalmente caracterizam as economias centralmente planejadas, Angola jamais teve um Plano Nacional preparado para médio e longo prazos. Todos os planos elaborados tiveram no máximo expressão anual, uma vez que sua maior fonte de receitas dependia do mercado volátil do petróleo. As pretensões de longo ou médio prazo, não passaram de simples enunciados estratégicos, de pretensões divulgadas em discursos nos plenários do partido ou em seus congressos, sem especificar prazos, meios e condições para atingí-las.

Portanto, os planos anuais pautaram-se por elaborações incompletas e irrealistas, tanto no que dizia respeito às suas metas, quanto nos pressupostos para a sua implementação. Mais grave, entretanto, é o fato de que o controle da execução desses planos, foi em geral inadequado, e o grau de realização das metas planejadas mostrou-se muito aquém do desejado, seja pela incompetência dos instrumentos de execução e fiscalização, seja pelo desvio de verbas públicas para tais implementos.

Alguns fatores podem explicar esta ineficiência técnica e também a ineficiência do sistema de planificação econômica em Angola. Um fator decisivo, foi a forte oscilação do mercado mundial de petróleo, uma vez que a dependência pelas receitas cambiais deste produto era exacerbada, as cotações internacionais do petróleo exerceram um razoável efeito sobre as receitas orçamentárias e sobre as importações de bens de consumo, de investimento ou para uso, como insumos ou peças de reposição nas unidades de produção.

Com a abrupta queda nos preços do petróleo, no período 1985-1986, por exemplo, foi necessário que as autoridades revissem completamente o plano anual de 1986 o que, não evitou que houvesse um forte aperto cambial por erro de previsão, levando à adoção de profundos cortes nas metas propugnadas para a produção e oferta de bens para a população.

Um outro problema que também deve merecer destaque e que afetou o processo de planificação econômica, é sem sombra de dúvidas, a falta, em todos os níveis, de pessoas qualificadas para ocupar-se das complicadas tarefas de preparação, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados dos planos.

4.2 A formação do sistema de preços

O fator preponderante do fracasso e ineficiência do planejamento utilizado em Angola ao longo de sua aplicação, repousa, sobretudo, na incapacidade de reconhecer a função do sistema de preços como elemento assegurador de eficiência na utilização de recursos e na avaliação do comportamento das unidades produtivas. As unidades produtivas não contavam com nenhum estímulo para reduzir os custos de produção, melhorar a qualidade de seu produtos ou produzir bens, para os quais a procura a preços correntes era maior.

A falta de concorrência, naturalmente, limitava severamente as pressões para um melhor comportamento do lado da oferta. Em muitos casos, importar uma máquina ou um veículo era muito mais fácil do que reparar os existentes, o que levou Angola a se transformar num cemitério vivo de veículos de toda espécie. Esse fator pode explicar como é fácil encontrar em Angola equipamentos importados avançadíssimos em tecnologia, mas que simplesmente não são operados por falta de treinamento ou conhecimento da mão-de-obra.

A incapacidade das autoridades centrais de proporcionarem recursos cambiais, peças de reposição, matérias-primas ou outros insumos freqüentemente era aproveitada por muitos dirigentes como pretexto para se exonerarem daquilo que, de outro modo, seria sua responsabilidade. Esta incapacidade, por conseguinte,

produziu uma forte dependência parasitária para com o capital externo.

Os recursos cambiais eram atribuídos administrativamente, segundo prioridades econômicas e sociais, e, em muitos casos, esta prioridade dependia da ótica de quem julgava ou a capacidade de exercer uma grande influência política. Desde que as receitas fizessem parte do Orçamento Geral do Estado (OGE), as empresas, neste caso, aquelas que auferiam moeda estrangeira com as suas exportações, tinham as suas receitas cambiais canalizadas aos cofres públicos do Estado, ou melhor ao Banco Nacional de Angola (BNA), à taxa de câmbio oficial (US\$ 1 igual a Kz 29,95, de 1975 até 1991).

A política de preços foi, seguramente, um fator importante na determinação das dificuldades que a economia angolana enfrentou desde a libertação. Dada a generalização dos controles e a rigidez de sua aplicação, resultando em clara ineficiência do sistema, os preços não podiam desempenhar a importante função alocativa na utilização dos recursos e nos equilíbrios entre a oferta e a demanda agregadas.

Por exemplo, os produtos importados tinham os seus preços internacionais simplesmente minimizados ao serem convertidos ao câmbio oficial, e ao desconsiderarem seus custos reais, permitindo que esta diferença onerasse o Banco Nacional, ou melhor, a classe social mais pobre. Assim como o preço da conversão do câmbio, os preços controlados de um número significativo de produtos, por exemplo a gasolina, também duraram os quase quinze anos sem reajuste. Os poucos ajustes de preços efetuados em mais de quinze anos foram muito moderados relativamente ao incremento da renda nominal da população.

Segundo Menezes, “*considerando a Teoria Quantitativa da Moeda, se os preços não tivessem sido controlados, certamente teria ocorrido uma inflação oficial média superior a 20% ao ano durante 1975 a 1991*”. Dados do BNA, indicam que a massa monetária em poder da população aumentou no período acima referido, em 160%. Todavia, o governo ignorou simplesmente os dados apresentados, pois muitos preços não foram reajustados entre 1975 e 1991 e os ajustes que ocorreram, foram em sua maioria, comparativamente modestos. (MENEZES, 2000, p. 245)

Os preços relativos vigentes na economia também revelam fortes distorções.

Por exemplo, a cesta de produtos oferecida nos estabelecimentos de varejo frequentemente não compreendia à estrutura de preferência do consumidor aos preços oficiais. As diferenças dos preços, estimulavam artificialmente o consumo de bens com preços relativos mais baixos, provocando escassez.

Poderíamos exemplificar esta afirmação, falando do preço da gasolina e a outros derivados do petróleo. A oferta deste produto pelo mercado do governo se encontrava em equilíbrio com a demanda da população. Logo, os preços eram insignificantes quando comparados com os preços de outros bens no mercado paralelo.

A oferta de bens com preços relativamente baixos também sofria desestímulo, posto que o produtores internos não forneciam, ou forneciam pouco, determinados produtos aos mercados oficiais porque esses proporcionavam retorno muito baixo. Em consequência os mercados oficiais não eram abastecidos internamente com produtos como os legumes, verduras e outros, uma vez que os seus produtores preferiam vendê-los na kandonga.

A estabilidade artificial imposta pelo controle de preços e um aumento rápido dos saldos de caixa em poder dos consumidores resultaram em crescentes diferenças entre oferta e a demanda. A inflação não reconhecida oficialmente era traduzida em filas, de modo que foi necessário introduzir um severo racionamento e austeridade da maioria dos bens essenciais.

A escassez generalizada de praticamente todos os bens e serviços produziu algumas reações práticas oficiais de interesse econômico, como por exemplo, a criação, pelas autoridades, de estabelecimentos especiais para trabalhadores de maior hierarquia, responsáveis pela estrutura política, pela administração pública e pela gestão empresarial.

Ao finalizar, cabe aqui mencionar três importantes aspectos em referência ao controle oficial de preços nos diferentes níveis da economia angolana. Em primeiro lugar, as entidades e os ministérios com responsabilidades na área de controle de preços, não estavam dotadas da necessária informação e de capacidade técnica exigida para desempenhar satisfatoriamente essas funções. Também não dispunham de equipamentos necessários ao processamento dos dados envolvidos nessa tarefa. Ademais,

a coordenação das atividades dos diferentes ministérios e entidades que supervisionavam e estabeleciam controles de preço estava longe de ser capaz.

Em segundo lugar, os preços dos produtos agrícolas sempre se mantiveram distorcidos, uma vez que não se levou em consideração os fatores sazonalidade, distância, transporte, valor agregado na porteira, implemento de insumos e choques de oferta que efetivamente ocorreram neste período. Em 1987, por exemplo, durante o ano todo, o quilo de qualquer produto agrícola foi cotado a Kz 100,00 por quilograma, despeito do fato de terem sido produzidos a custos e lugares diferentes, de estarem sujeitos a diferentes níveis de procura dos consumidores e de serem vendidos a preços fixos diferentes entre si nos estabelecimentos do Estado.

Em terceiro lugar, o sistema de preços controlados e a distribuição administrativa de bens, sinalizam a não existência de qualquer concorrência entre as empresas que operavam no mercado oficial. As margens comerciais verificadas oficialmente pelas autoridades eram freqüentemente muito amplas, ou combinadas com a ausência de concorrência, constituíam uma das causas da ineficiência e de distorções injustificadas na distribuição da renda entre os agentes econômicos.

Esta distorção, ignorada pelas autoridades angolanas e excluída das análises econômicas oficiais, passou a ser visto com outros olhos a partir de 1991. Como formas de executar planos de estabilização postos em prática com o apoio de instituições internacionais (ONU, BM, FMI), o governo foi obrigado, não apenas a aceitar essa realidade, como passou a calcular um índice de preços e a construir estatísticas que envolviam os preços do mercado paralelo.

Para ilustrar este fato, Menezes nos apresenta dados de 1991, início dos cálculos dos índices até agosto de 1993. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os preços ao consumidor na cidade de Luanda registraram variações de 183% em 1991, 732% em 1992 e 582% nos primeiros oito meses de 1993, acumulando quase 16.000% de variação, numa média mensal de cerca de 17% (MENEZES, 2000, p. 253).

CACUTO, Jorge Francisco. Post-Independent Angola: economical implications of the colonial heritage. *Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v.3, n.3, p. 22-39, mar. 2001.

Abstract: The present article reflects the importance of the angolan economical thought from a brief summary on the portuguese colonization and its consequences. It also approaches its recent independence elucidating the country economical rebuilding process, besides verifying that after around 15 years with a political economical system typical of centrally planned economies, a transition for the market overture was started in 1991.

Keywords: Colonization; liberation movements; independence; socialism; petroleum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. **História do colonialismo português em África.** Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

COELHO, F. **Sistemas financeiros e desenvolvimento econômico: Angola no contexto africano.** Lisboa: Vega Editores, 2000.

MENEZES, S. M. **Angola: sociedade e economia de um país nascente.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

PEPETELA, A. **Geração da utopia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIBEIRO, O. **A Colonização de Angola e o seu fracasso.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1978.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia.** 5. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

VENÂNCIO, J. C. **O facto Africano: elementos para uma sociologia da África.** Lisboa: Vega Editores, 2000.